

PRÓXIMO FUTURO/NEXT FUTURE
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
3.º workshop de investigação
Gestão das organizações culturais e sociais
21 e 22 abril 2010

Cultura como organização: resgate etnográfico

*Susana Durão (ICS - UL Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa),
Teresa Fradique (GIAEC/CRIA)*

A antropologia começou por criar e se centrar no conceito de *cultura* como património de grupos, aquilo que lhes permite sobreviver socialmente. Todavia, esta disciplina não ficou indiferente a ideias de cultura humanísticas e artísticas, aos resultados sociais das suas produções materiais e simbólicas. Na primeira década do século XXI é já inequívoco o uso polifónico deste conceito e o seu carácter fluído e dinâmico na forma como abarca realidades e processos de organização e representação social muito diversificados, para onde confluem em simultâneo significações que pareçam autónomas e até mesmo contraditórias. Este texto procura essencialmente problematizar fenómenos que se encontram no confluir das várias significações que a «cultura» pode assumir, mantendo e usando essa mesma ambiguidade que a noção de cultura transporta em si. Começamos por abrir a discussão com o alerta para as dificuldades que esta polifonia do conceito pode colocar aos meios da representação social nos espaços complexos da arte e da cultura. Depois, passamos a explorar um exemplo etnográfico, no contexto da América Latina, que evidencia como a produção simultânea das várias dimensões da cultura está, ela mesma, a ser socialmente configurada e produzida por pessoas e grupos de periferias urbanas pobres. Exemplos como o do Grupo Cultural AfroReggae do Rio de Janeiro parecem antecipar imaginários complexos para pensar o futuro próximo da gestão de fenómenos culturais e sociais. Mas trazem consigo alguns riscos. A eles voltamos no final.

1. Futuro próximo do passado recente: paradoxos da representação da cultura no espaço contemporâneo

O primeiro momento da nossa contribuição centra-se numa referência aos perigos da essencialização nos modos de lidar com a cultura. A ideia de que «a cultura» ou «as culturas» não existem enquanto entidades autónomas, mas antes como mecanismos concretos de experienciação, e processos em aberto, foi explorada por vários autores dos anos 90. Estes procuraram produzir uma mudança de perspectiva no sentido da concretização do olhar, por oposição a uma ideia abstracta de cultura. Tim Ingold foi um deles, afirmando:

a «cultura» não é algo que os antropólogos possam alguma vez esperar encontrar «no terreno». O que nós encontramos são pessoas cujas vidas as conduzem numa viagem através do espaço e do tempo em meios que se lhes apresentam como plenos de significado. Pessoas que utilizam tanto palavras como artefactos materiais para conseguir produzir coisas e comunicar com os outros. Pessoas que, na sua conversação, desfiam um sem fim de metáforas de forma a tecerem uma rede de equivalências simbólicas em constante expansão. O que nós não encontramos são *corpus* de pensamento e costumes que estejam claramente definidos e que sejam mutuamente exclusivos, partilhados de forma perfeita por todos aqueles que se reconhecem neles [...]. A ideia de cultura isolada revelou ser uma ficção da imaginação antropológica ocidental. Seria então mais realista afirmar que as pessoas vivem culturalmente, do que dizer que vivem em culturas (Ingold, 1994: p. 330)¹.

Para que surgisse este movimento de contestação dos anos 90 – que teve como um dos expoentes máximos a antropóloga Lila Abu-Lughod, que defendia a ideia de «escrever contra a cultura» (1991) – foi necessário o movimento crítico pós-modernista dos anos 80. Uma visão poética das narrativas sobre a produção cultural, hoje criticada, teve o efeito de produzir um movimento de pragmatismo crítico que sinalizou os perigos da abstracção, patrimonialização e essencialização.

¹ Tradução livre da nossa responsabilidade.

Desde então vários autores têm alertado para os perigos dos usos culturalistas de um conceito tão amplo e tão necessário para entender dimensões ocultas e complexas da vida humana.

Importa actualmente tentar perceber até que ponto as abordagens que tratam as culturas como resíduos de um anacronismo modernista, e que emergem por vezes nos discursos sobre a arte e a cultura, não são apenas resquícios de um passado recente, mas já o reflexo de formas capitalistas globalizadas e digitalizadas de discussão da alteridade e da diferença cultural. Nesta discussão, a antropologia parece perder de dia para dia o seu papel central na interpretação das culturas, passando os Estados, os movimentos sociais e outras agências internacionais a determinar o que da cultura é universal e esteticamente representativo².

Colocamos assim a seguinte questão: Quanto do passado recente teremos neste futuro próximo das formas de gestão da produção cultural? O resgate etnográfico com base neste legado crítico das visões essencialistas e das práticas sociais é talvez a contribuição mais preciosa que a investigação em antropologia pode fornecer.

A sucessiva descida etnográfica às realidades da acção local e cultural com fins globais substantivou alguns desses olhares críticos, mas também evidenciou novos aspectos das realidades. As formas de actuação são analisadas na sua pluralidade e é possível verificar que elas assumem diferentes consequências em diferentes locais (Hilhorst, 2003). Estas organizações podem também ser elas mesmas perspectivadas como cultura, na medida em que produzem cultura enquanto organizam novas e velhas formas de poder e ideologia (Wright, 1994). Deste modo, as ONG e os movimentos locais existem não só como alternativa mas também na forma de múltiplas alianças e cruzamentos entre as suas políticas e as políticas dos Estados; são meio para a produção de velhos arcaísmos mas também inovações, muitas vezes encontrando-se nos mesmos grupos e locais estas mesmas características

² A este propósito ver o texto de Nélia Dias (2008) sobre o caso do Musée du quai Branly.

paradoxais. Somos assim levados a olhar para formas de organização recentes já não como estando a desafiar os Estados de baixo para cima, mas como formas horizontais contemporâneas dos organismos de Estado – por vezes rivalizando-os, outras servindo-os, por vezes apresentando-se como «cães de vigia», outras como parasitas, mas de qualquer modo operando de forma paralela num mesmo espaço global (Ferguson, 2006: p. 103).

2. Voltemos a nossa atenção para a relação entre a cultura e os movimentos sociais a partir de um caso etnográfico específico³

A reflexão em torno do Grupo Cultural AfroReggae (no Brasil) pode contribuir para esta discussão chamando a atenção para a viragem cultural («cultural turn») dos movimentos sociais e políticos na América Latina e na América do Sul, como sinal de um futuro próximo que parece alargar-se a uma escala mais global no mundo. (Alvarez, Dagnino, Escobar, 1998; Dagnino, 1994; Escobar e Alvarez, 1992; Garcia Canclini, 1995; Yudice, 2006).

Trata-se de uma grande ONG com sede no Rio de Janeiro, com cerca de 200 funcionários em permanência, com avultados financiamentos das maiores agências do Estado, brasileiras e internacionais, de multinacionais e empresas privadas. Trata-se também de uma das ONG locais que mais visibilidade mediática atingiram no Brasil.

Dois aspectos sobressaíram de uma pesquisa etnográfica que levou ao acompanhamento das actividades do AfroReggae nas suas mais variadas dimensões entre 2007 e 2009 e que aqui queremos apresentar como exemplo: ponto um) a forma como no grupo se vão criando moralidades e «novas pessoas»; ponto dois) como as culturas locais estão elas mesmas «em organização», obrigando-nos a olhar mais seriamente uma dimensão organizacional que não se esgota na política do movimento, até aqui a dimensão dominante nas análises destes fenómenos.

³ A etnografia que aqui se apresenta resultou do trabalho de campo desenvolvido por Susana Durão no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, durante vários meses num período entre 2007 e 2009, no âmbito do projecto de pós-doutoramento «Policamentos, Cidades e Cidadãos» com acolhimento institucional do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

São os limites epistemológicos em relação ao que são organizações que parecem estar em causa e os modos e processos de uma organização *organizando-se*. Tal leva a questionar por que na antropologia tendemos a relegar para segundo plano o seu estudo, mesmo quando a organização insiste em se fazer notar.

2.1. Criação de moralidades e de novas pessoas no AfroReggae

O AfroReggae congrega várias especificidades das ONG dos anos 90 no Brasil: é criada por grupos de jovens e accionada por eles, centra-se na cultura e na actuação positiva em ambientes sociais pobres marcados pela violência (Ramos, 2006, 2007).

A ONG desenvolve um novo conceito que merece destaque – o de «narcocultura». Uma das mais fundamentais particularidades é o facto de a ONG partir da afirmação e distribuição territorial massiva do narcotráfico e da violência como dado de socialização dos jovens na própria realidade urbana, procurando lidar com o que poderia ser o potencial positivo interno de tal situação. Trata-se de viver com aquilo a que na ONG denominam a «narcocultura» (Júnior, 2006: p. 259), dimensão que consideram estar totalmente impregnada nas favelas do Rio de Janeiro, e numa extensão maior nas maiores metrópoles do país e em toda a América Latina.

Em síntese, isto significa que o AfroReggae se propõe criar o que chama uma «tecnologia social» para lidar com uma organização social local que considera estar totalmente impregnada pelas lógicas do tráfico de drogas. Neste sentido, narcocultura e favela são sinónimos; são o exemplo do Rio como «cidade partida» (Ventura, 1994). Esta tecnologia reside numa negociação que é feita localmente entre mediadores da ONG e lideranças locais do tráfico para deslocar alguns jovens que assim o desejem do mundo do crime para um mundo alternativo ao crime, mas cuja moralidade não passa por serem dois mundos antagónicos, mas antes dois vasos comunicantes e contíguos.

A negociação da situação desses jovens no AfroReggae passa por uma avaliação e reconhecimento do prestígio e popularidade que cada um deles adquiriu

localmente, inclusivamente pelo estatuto alcançado nas redes organizacionais do crime. Este foi o caso de um «jovem AfroReggae» por nós entrevistado. Dongo é carioca e tem 28 anos. Tem duas filhas, várias mulheres (uma principal e outras secundárias desde muito jovem) e várias pretendentes. É uma vedeta na favela de Vigário Geral, a favela da Zona Norte do Rio de Janeiro que viu nascer a ONG e que ficou na memória do país devido a uma chacina policial em que dezenas de habitantes foram assassinados a sangue frio, em 1993. Dongo atingiu uma boa posição na ONG e é um dos principais monitores dos grupos de percussão que se tornaram a imagem de marca do Grupo. Vive desde sempre nesta mesma favela. Os pais trabalham na venda ambulante. São «camelôs» de improviso na cidade, e oscilam, com o mercado, entre períodos de trabalho e períodos de desocupação. Mas este não foi o futuro que Dongo quis para si. Quase sem escolaridade, fez uma carreira promissora nos domínios do tráfico de drogas local, um «mercado» emergente e muito poderoso desde os anos 80 em grande parte dos territórios da pobreza no Rio. Chegou a gerente de uma das «bocas de fumo», local que concentra a venda dos estupefacientes nas favelas. Todavia, o perigo de vida assaltou-lhe a porta diversas vezes a ponto de o fazer desejar abandonar «o lado certo da vida errada» – o lema que cria a fidelidade ao Comando Vermelho, uma das mais importantes facções do crime do Rio. Mas tal situação envolve sofisticadas negociações. Foi na ONG local, no AfroReggae, que viu crescer enquanto ele próprio crescia, que procurou uma saída. Conheceu alguns mediadores e ofereceu-se para ser integrado. Não poderia auferir um salário demasiado baixo, afinal de contas ele era um gerente... Foram-lhe dadas responsabilidades na ONG e ele é hoje um dos principais promotores de projectos, em particular os que são promovidos nas prisões de menores do Rio de Janeiro em parceria com instituições de reinserção social para jovens.

Isto serve para dizer que ONG como o AfroReggae adoptam as ideias dominantes de violência urbana e do tráfico de drogas locais exactamente como expressão cultural, como forma de vida na favela – aspecto que tem sido sistematicamente analisado por sociólogos como estando associado a sociabilidades particularmente violentas (Silva, 2004). Tal não quer dizer que a maioria dos

habitantes das favelas sejam traficantes, mas quer dizer que, para ONG como o AfroReggae, que se engendram nesta relação inusitada entre cultura e tráfico, a maioria dos habitantes das favelas está sujeita aos códigos culturais que as gramáticas do tráfico impõem.

O centro desta tecnologia é a performance musical, o uso da percussão, que dá origem a múltiplos projectos e núcleos espalhados por diversas favelas do Rio. Todos os projectos contam com patrocinadores e «padrinhos». Estes podem ocasionalmente visitar a ONG nas favelas para assistir a performances dos «seus» grupos, trazendo novas mobilidades para dentro de espaços pobres da cidade, mas obrigando também a sensíveis negociações com os poderes locais.

A missão do AfroReggae não é muito diferente da lógica de outras associações, de outras ONG com fins humanitários⁴. O que a distingue é a integração da violência, do crime e do tráfico de drogas como dimensões que pertencem e estruturam a cultura local e urbana do Rio de Janeiro – propondo-se trabalhá-la e transformá-la em expressões artísticas que visam criar novas formas de ser «favelado», novas subjectividades locais, que por sua vez são transpostas para um plano global através de toda uma série de produtos culturais produzidos: documentários, bandas que actuam nos mais diversos palcos do mundo, CD, marcas de roupa, etc.

«Juventude & Polícia» é um dos projectos que tornou a ONG mais conhecida no Brasil. Este projecto propõe a capacitação de polícias, através de mediadores culturais – os «jovens AfroReggae» –, propondo-se uma transformação dos próprios polícias em «polícias AfroReggae». A ideia é fazer com que os cabos, soldados, e até sargentos, sejam responsáveis por oficinas musicais e artísticas em escolas da periferia de Belo Horizonte conhecidas pelos seus altos índices de violência e de criminalidade. A ideia expressa é criar novos espaços de socialização e de convivialidade que possam alterar estereótipos culturais. Durante cinco anos a ONG manteve o projecto vivo, até que, passados múltiplos percalços e ameaças de

⁴ A versão oficial da missão ONG é «Promover a inclusão e a justiça social, utilizando a arte, a cultura afro-brasileira e a educação como ferramentas para a criação de pontes que unam as diferenças e sirvam como alicerces para a sustentabilidade e o exercício da cidadania».

dissolução, este foi apadrinhado pela própria Polícia Militar de Minas Gerais para Belo Horizonte⁵.

Um dos exemplos mais fortes do poder de influência da ONG é a cerimónia anual dos prémios Orilaxé, em que esta homenageia toda uma série de figuras influentes da sociedade: jornalistas, académicos, políticos, activistas, pastores evangélicos, etc. Os prémios assentam numa lógica de inversão das posições de poderes das ONG face aos Estados, na medida em que esta decide quem na sociedade merece ser alvo de homenagem. Tal é um processo que usa mecanismos simbólicos de subversão de hierarquias sociais, apoiando-se na ideia de estar-a-produzir sociedade. Não por acaso, valores como a «ousadia» são os que outros líderes de ONG usam quando se referem ao AfroReggae.

Em 2008, no ano em que a ONG celebrou 15 anos de existência, a cerimónia foi no mais simbólico e prestigiado palco da cultura no Rio de Janeiro, o Teatro Municipal. Entre o público ouve-se falar numa «invasão cultural» da favela aos mundos da alta cultura. A enchente foi tal que uma multidão de gente não conseguiu entrar no teatro. Dentro, nas escadarias e depois nos espaços da assistência, era visível a dificuldade de gestão do espaço e da multidão por parte dos organizadores. As pessoas atropelavam-se para conseguir chegar a um lugar. Estavam grupos de jovens dos núcleos de várias favelas, amigos, vizinhos, famílias, grupos do candomblé, pastores e fiéis. Poder-se-ia dizer que a favela tinha ocupado o asfalto⁶. Um dos momentos mais emotivos da cerimónia seria marcado por essa proposta de pensar uma cultura noutros termos, nos termos de uma espécie de comunhão social. Foi criada uma performance para tocar e cantar um dos hinos da ONG – a música «Imagine» de John Lennon –, que juntou num mesmo palco, interpretando juntos um arranjo musical híbrido, a banda da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o grupo dos

⁵ Existem múltiplos problemas e riscos hoje mal conhecidos sobre a relação entre projectos criativos excepcionais e a possível sistematização e institucionalização por parte dos Estados – dinâmica que está a ocorrer em vários domínios e com várias dimensões no Brasil e em vários lugares do mundo, mas não cabe aqui desenvolver este ponto.

⁶ A cobertura mediática não captou esta dimensão do evento, mas apenas evidenciou os «famosos», actores e atrizes de novelas da Rede Globo, que com os seus sorrisos conquistariam os leitores das colunas sociais...

hare krishna, jovens percussionistas e membros da banda AfroReggae, e um jovem MC de estilo hip hop.

É no sentido de lidar com essa «cultura» (ou essa narcocultura) e o meio social que ela gera e congrega que o AfroReggae tem vindo a dirigir a sua atenção mobilizadora e moralizadora. Se entendermos com Zigon (2008) que as moralidades locais podem ser antropologicamente perspectivadas nas atitudes adquiridas, em emoções e disposições corporais de pessoas ao longo das suas vidas, então passamos a considerá-las um processo que resulta de práticas sociais tão reflectidas quanto dinamizadas por pessoas e conjuntos de pessoas em diferentes contextos.

O projecto moral do AfroReggae centra-se na ideia de poder ser e não ser pobre simultaneamente. Trata-se da criação de todo um novo capital moral para a ideia de «favelado», baseado na proposta de transformação radical de sujeitos sensíveis. Não por acaso, uma das imagens mais usadas pelos jovens no AfroReggae é a Fénix, imagem mítica do pássaro que renasce das cinzas com renovada força vital, neste caso aludindo sistematicamente ao potencial de transformação ontológico encontrado na violência e na rotina violenta de vida nas favelas.

2.2. Criação de organização compreendendo as culturas «em organização»

Projectos morais como os do AfroReggae levam-nos a perspectivar já não apenas a «organização como cultura», dimensão que parecia sobressair há mais de uma década (cf. Wright, 1994), mas precisamente como *as culturas têm vindo a ser organizadas* em anos recentes – aspecto que começa a merecer uma atenção que desafia as ideias que tendemos a aceitar de modo tácito sobre o que são afinal estas organizações locais.

Nesta perspectiva, é a própria ideia de organização local que merece ser retomada de um ponto de vista antropológico. O AfroReggae tem um formato organizacional que traduz múltiplas influências e é mutável. A ONG é ela mesma um produto da sua experiência local e global, e não apenas marcada por ideologias dominantes, como a ideia de cidadania, que visa implementar (Wright, 1994). A ONG

tem uma lógica piramidal, um líder incontestado, que lhe oferece visibilidade e à qual esta oferece visibilidade; tem um conjunto de «coordenadores» e «executivos», líderes intermédios, gestores de projecto e múltiplos operacionais na sua base. A matriz de um sistema organizacional do tráfico pode perfeitamente ser observada na própria ONG. Esta inspiração é tanto mais relevante quanto a negociação individual na passagem de pessoas envolvidas nas redes locais do tráfico de um sistema para o outro.

As ideias que temos vindo a explorar levam a considerar a performance como fazendo parte de um projecto moral. A cultura neste caso deixa de ser vista apenas como política para passar a ser olhada como *praxis*, tal como sugere Tim Ingold no excerto acima referido. No AfroReggae a cultura é perspectivada como meio actuante no social através da transformação moral de corpos pessoais. É esperado que sejam as pessoas as principais transformadoras das culturas. Assim, mais do que perante ideologias humanitárias (como seria um projecto moral implicado no idioma universalista dos direitos humanos), estamos perante pedagogias que incorporam a relatividade, o improvisado e alguma dose normativa nos seus *modi operandi*, pedagogias que se encaram como culturais e abrangentes.

O AfroReggae veicula projectos morais e subjectividades da transformação pessoal, por um lado, enquanto a ONG se vai organizando a partir da confluência e da permeação a diferentes lógicas locais e globais, por outro. Os dados etnográficos permitem argumentar com teses que crêem que determinadas dinâmicas mundiais limitam o papel activo e, sobretudo, criativo de mudança local e transversal deste tipo de associações. Mas argumenta também pela necessidade de não fixar um quadro sociológico de entendimento que se centre apenas, e inversamente, em acções de contra-poder, ideologia, cultura, políticas de identidade, estilos de vida alternativos, etc., desafiando-nos a pensar outras categorias envolvidas na acção de organizações, pessoas, do movimento, processos de produção cultural e sobre as teias de sentido e de sentimento que se geram.

Como vimos, são vários os aspectos criativos que sobressaem na gestão do cultural e do social em experiências contemporâneas de ONG de grande dimensão na América Latina. Algumas dessas experiências tornaram-se exemplo para o dito «primeiro mundo» na luta contra a exclusão social com simultâneo reconhecimento de dimensões culturais da vida social em lugares e entre pessoas onde os recursos materiais e simbólicos são escassos⁷.

Fica a mais provocatória das questões: será que algum dia poderemos vir a conhecer «jovens AfroReggae» em Portugal, tendo as ONG locais histórias e pesos muito diferentes no desenvolvimento de ambos os países? (Durão, 2010).

Power Point – letra da música e música

3. Notas finais: os riscos das experiências com a cultura

Esta etnografia aponta também claramente para a evidência dos riscos destas práticas organizacionais e que não se prendem apenas com as velhas críticas associadas às ONG, ou, de modo mais alargado, ao chamado «terceiro sector». Uma das críticas mais frequentes é a de as mais poderosas ONG brasileiras poderem perigosamente estar a substituir-se aos Estados. Vários autores defendem que estamos a assistir, em muitos países e numa escala global, à terciarização de aspectos sociais e culturais que competiria a Estados bem organizados, bem geridos, e seguramente mais democráticos, prover. Hoje, esta é uma tendência já bastante criticada por muitos académicos pelo mundo fora, revelando como muitos daqueles que nasceram como movimentos sociais não só espelham como são reféns de formas de organização social, política e de uma ordem económica que não conseguem inverter (Comaroff & Comaroff, 2001; Elyachar, 2005; Escobar, 1995).

⁷ Existe um exemplo muito recente em Portugal – a «Orquestra Geração» –, um projecto de inclusão social que junta crianças de bairros desfavorecidos da Amadora. A ideia é inspirada num modelo da Venezuela, onde nasceu há 38 anos e que advoga ter mudado por completo a forma de viver de milhares de crianças.

Outros riscos de gestão do cultural e do social podem ser assinalados. Estas ONG podem estar a produzir uma espécie de *sobre-mediação* em universos onde várias dimensões da vida social e urbana que não passem por estes canais, por estas ONG, correm o risco de permanecer invisíveis e sub-representadas. Estas ONG podem estar a produzir comunidades dentro de comunidades. Trata-se de saber até que ponto a «viragem cultural» não esquece outros aspectos sociais.

Um segundo risco é o destas grandes ONG, com grande impacto mediático, criarem uma *sobre-representação* de determinados segmentos sociais, promovendo a ideia dos moradores de favelas como jovens e artistas – reduzindo assim as pluralidades sociais, subgrupos e diferenciação individual que encontramos nestes meios. Determinados grupos associados aos jovens, maioritariamente homens, até aos 30 anos, podem passar por representantes privilegiados das culturas urbanas, identidades e lideranças locais. As favelas surgem associadas ao «ser juvenil», podendo com isso estar a ser reificadas imagens e estereótipos de meios social e culturalmente muito mais heterogéneos.

As ONG com poder para negociar com entidades como o Estado, grandes grupos económicos, com o meio artístico e com os *media*, podem obscurecer e homogeneizar a variação e a vibração interna de ritmos de criação social, cultural e, em particular, política, dentro das favelas. Deste modo podem ficar na sombra outros movimentos e organizações, conjuntos e colectivos de pessoas, ou mesmo outras formas de subjectividade e de manifestação e de representação das mesmas em produtos culturais que não passem necessariamente pelo projecto moral reivindicado pelo «ser AfroReggae». Corre-se o risco de empobrecimento de lógicas de representação que podem ser ou não ser politicamente organizadas, mas que são seguramente plurais.

Um outro risco pode surgir com a associação do projecto da ONG a formulações culturais a partir de moralidades associadas ao narcotráfico. Basear a actuação da ONG nas ambiguidades dos mundos sociais locais pode ser interpretado por vários segmentos sociais como responsabilidade na produção de ambiguidades e

nebulosidades sociais. A ambiguidade é exactamente o meio de acção da ONG e a sua diferenciação; mas pode conduzi-la a dificuldades várias e a polémicas e malentendidos. Uma das principais dificuldades resulta na justificação da moral local que se impõe criar – com eficácia relativa quando se trata de regulamentar os comportamentos dos jovens numa espécie de lei seca onde estes não podem beber, consumir drogas, fumar ou ostentar comportamentos que possam denegrir publicamente a imagem do AfroReggae nas favelas e nos *media*... – perante uma ética mais global e hegemónica que a condena, uma ética anticrime e antitráfico de drogas que usa termos como erradicação, não-negociação e condenação moral quando dirige o olhar para os contextos pobres e violentos com os quais as ONG, para existirem, são obrigadas a negociar.

Por fim e para terminar, existe um quarto risco que tem a ver com os usos sociais da linguagem. Pode haver uma certa tendência para a subjugação a gramáticas comuns entre várias ONG que tomam conceitos como *cidadania*, *sociedade* ou *liderança* como dados adquiridos – essencializando-os. Isto é, quando estas ONG insistem que estão a formar lideranças locais (ou melhor, a *multiplicar* lideranças, um outro conceito muito em voga), que pessoas, que ligações e que poderes estão mesmo a emergir nestes contextos?

Bibliografia

Abu-Lughod, Lila, 1991: «Writing Against Culture», in Richard Fox (ed.), *Recapturing Anthropology*, Santa Fé, N.M., School of American Research Press.

Alvarez, Sonia, Evelina Dagnino & Arturo Escobar (ed.), 1998: *Cultures of Politics, Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*, Boulder, CO, Westview.

Appadurai, Arjun, 2000: «Grassroots Globalization and the Research Imagination», *Public Culture*, vol. 12, n.º 1, p. 1-19.

Comaroff, Jean & John L. Comaroff (eds.), 2000: «Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism», *Public Culture*, n.º 3, p. 291-575.

Dagnino, E., 1994: «Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Cidadania», E. Dagnino (org.), *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

Dias, Nélia, 2008: «Double erasures: rewriting the past at the Musée du quai Branly», *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, vol. 16, n.º 3, p. 300-11. doi:10.1111/j.1469-8676.2008.00048.

Elyachar, Julia, 2005: *Markets of Dispossession: NGOs, Economic Development, and the State in Cairo*, Durham, NC, Duke University Press.

Escobar, Arturo & Sonia Alvarez (eds.) 1992: *The Making of Social Movements in Latin America*, Boulder, CO, Westview Press.

Escobar, Arturo, 1995: *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*, Princeton, Princeton University Press.

Ferguson, J., 1990: *The Anti-Politics Machine: «Development», Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*, Cambridge / Nova Iorque, Cambridge University Press.

Ferguson, James, 2006: *Global Shadows. Africa in the Neoliberal World Order*, Durham, NC, e Londres, Duke University Press.

Fisher, W., 1997: «Doing Good? The Politics and Antipolitics of NGO Practices», *Annual Review of Anthropology*, vol. 26, p. 439-64.

García Canelini, Néstor, 1995: *Consumidores y ciudadanos: conflictos multiculturales de la globalización*, México, Grijalbo.

Hilhorst, Dorothea, 2003: *The Real World of NGOs. Discourses, Diversity and Development*, Londres / Nova Iorque, Zed Books.

Ingold, Tim, 1994: «Introduction to Culture», Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*, Londres, Routledge.

Junior, José, 2006: *Da Favela para o Mundo. A história do Grupo Cultural AfroReggae*, Rio de Janeiro, Ediouro.

Mato, Daniel & Alejandro Maldonado Fermín (org.), 2007: *Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización: perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, Clasco.

Neate, Patrick e Damian Platt, 2006: *Culture is Our Weapon: AfroReggae in the Favelas of Rio*, EUA, LAB Short Books.

Ramos, Sílvia, 2006: «Brazilian Responses to Violence and New Forms of Mediation: The Case of the Grupo Cultural AfroReggae and the Experience of the Project «Youth and the Police», *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 11, n.º 2, p. 419-28.

Ramos, Sílvia, 2007: «Jovens de Favelas na Produção Cultural Brasileira dos anos 90», in Maria Isabel Mendes de Almeida e Santuza Cambraia Naves (org.), *Por que não? Rupturas e Continuidades da Contracultura*, Rio de Janeiro, 7Letras.

Silva, Luiz Machado da, 1995: «Um Problema na Interpretação da Criminalidade Urbana Violenta», *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 10, n.º 2.

Silva, Luiz Machado da, 2002: «A Continuidade do ‘Problema da Favela’», in Lúcia Lippi Oliveira (org.), *Cidade: História e Desafios*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 220-37.

Silva, Luiz Machado da, 2004a: «Sociabilidade Violenta. Por uma Interpretação da Criminalidade Contemporânea no Rio de Janeiro», in L. C. de Queiroz Ribeiro, *Entre a Coesão e a Fragmentação, a Cooperação e o Conflito*, São Paulo, Perseu Abramo.

Silva, Luiz Machado da, 2004b: «Sociabilidade Violenta. Uma dificuldade a mais para a acção colectiva nas favelas», in L. A. Machado da Silva *et al.*, *Rio: a Democracia vista de baixo*, Rio de Janeiro, Ibase.

Silva, Luiz Machado da, Márcia Pereira Leite & Luis Carlos Fridman, 2005: «Matar, Morrer, Civilizar. O Problema da Segurança Pública», Relatório do Projecto MAPAS, Rio de Janeiro, Monitoramento da Participação da Sociedade.

Velho, Gilberto, 2007: «Metrópole, Cultura e Conflito», Gilberto Velho (org.), *Rio de Janeiro: Cultura, Política e Conflito*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p. 9-29.

Ventura, Z., 1994: *Cidade Partida*, São Paulo, Companhia das Letras.

Waters, Malcolm, 2001: *Globalization*, Nova Iorque, Routledge.

Wright, Susan, 1994b: «Culture in Anthropology and Organizational Studies», Susan Wright (ed.), *Anthropology of Organizations*, Londres e Nova Iorque, Routledge, p. 1-31.

Yúdice, George, 2000: «Redes de gestión social y cultural en tiempos de globalización», in Daniel Mato, Ximena Agudo e Illia Garcia (coord.), *América Latina en tiempos de*

globalización II: cultura y transformaciones sociales, Caracas: CIPOST - Universidad Central de Venezuela - UNESCO, p. 93-116.

Yúdice, George, 2006: *A Conveniência da Cultura. Usos da Cultura na Era Global*, Belo Horizonte, Editora UFMG.

Zigon, Jarrett, 2008: *Morality: An Anthropological Perspective*, Oxford, Berg Publishers.